

**AUTOR(ES):** FRANCELLY APARECIDA DOS SANTOS

**ORIENTADOR(A):**

## **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR SOBRE A TECNOLOGIA NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM**

### **Introdução**

No Brasil, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei 9394/1996, a formação de professores ganhou mais notoriedade não só pelos estudiosos do campo da educação, mas também nas políticas públicas advindas da reforma educacional, que se iniciou a partir da promulgação da própria LDB/1996. De lá até os dias atuais, tem passado por várias regulamentações com vistas a se adequar às demandas que chegam à escola, assim como às exigências da sociedade do trabalho (GUEDES, 2019). Cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, LDB, 1996, artigo 9º, capítulo IV).

Nesse cenário, as tensões e forças constituídas historicamente, continuam a se produzir e a fortalecer-se em função da importante participação dos movimentos de educadores. Desde a década de 1970, esses movimentos têm contribuído (FREITAS, 2004) para se buscar em uma ação conjunta, um significado social e político, com justiça e equidade, para a construção de um projeto de educação e, nessa dinâmica, para o fortalecimento da profissionalidade docente. Nóvoa (1999) trata da relevância desse engajamento, posicionando-se em defesa da importância da filiação política e ideológica dos professores, como uma ação que efetiva as práticas associativas, enquanto instância social e política de formação de professores. No tocante às regulamentações legais, o Ministério da Educação aprovou as últimas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, pela Resolução do CNE/CP 02, de 01 de julho de 2015.

O Art. 22 dessa Resolução estabeleceu o prazo de dois anos, a partir da sua publicação, para os cursos em funcionamento, se adequarem ao normativo. É motivo de perplexidade o lançamento da nova política de formação, quando as DCN/2015 não foram, ainda, implantadas completamente, não houve conclusão de nenhuma turma de licenciandos, da matriz curricular orientada pelas Diretrizes, nem tão pouco houve tempo para se avaliar os resultados dessa política em andamento. As Diretrizes/2015 aplicam-se à formação de professores para atuarem no exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas modalidades de educação (Res. CNE/CP, 2/2015), e compreende a docência como ação educativa e como processo intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação em diálogo constante entre diferentes visões de mundo (Art. 2º § 1º).

O que se tem de concreto, em termos legais, é a institucionalização da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente, que vai implicar diretamente na formação inicial de professores, uma vez que os programas e os currículos dos cursos devem adequar-se à BNCC, devendo ser implementados no prazo de dois anos. Para as entidades educacionais, a política ora lançada, caracteriza-se como centralizadora e verticalizada, traduzindo-se em retrocesso para a efetivação e materialização de um “Sistema Nacional de Educação e do Plano Nacional de Educação, que leve em consideração a necessária articulação entre a formação inicial, formação continuada e condições de trabalho, salário e carreira dos profissionais da educação” (MANIFESTO/2017, p.1).

No referido manifesto, as entidades destacam as fragilidades da nova política, a saber: falta de articulação entre a formação, valorização e desenvolvimento profissional; não valorização do status profissional que permita atrair jovens para a docência, o que concorre para a baixa demanda pelas licenciaturas e o número de vagas ociosas; desconsidera problemas históricos vividos pelos professores no país, precárias condições de trabalho; infraestrutura das escolas,

muitas em situação de abandono; jornada de trabalho entre dois e três turnos e em mais de duas instituições; violência nas escolas; e luta pelo pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional, que vários municípios ainda não cumpriram.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira nº 9.394 (BRASIL, 1996), citada no primeiro excerto da epígrafe, nos aponta elementos que são retomados na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) como o ideal de uma Educação Básica comum a todos os brasileiros, sem distinção de classe social, econômica, cultural e/ou ainda independentemente da localização geográfica, de aspectos étnico-raciais, religiosos, linguísticos, entre outros. Nesse caso, esse projeto de pesquisa se atenta ao seguinte problemática: os planejamentos elaborados e as aulas executadas pelos professores dos municípios que fizeram adesão ao Projeto Rede Educa Planner seguem qual concepção educacional?

## Material e Métodos

O momento excepcional e emergencial que a sociedade atravessa tem contribuído para a alteração nas formas de vivência cotidiana, obrigando a que gestores tenham que adotar formas de atuação não convencionais para a manutenção e funcionamento dos municípios e suas populações.

O Covid 19 obrigou a um confinamento domiciliar das pessoas e obrigou à paralização de serviços essenciais para o desenvolvimento quer das pessoas quer mesmo do próprio município. E um dos principais serviços atingidos foi o da educação, obrigando dezenas de milhares de alunos a pararem as suas atividades letivas e comprometendo o ano letivo.

Sabendo que, apesar da paralisação das atividades, os municípios continuam a ter a obrigatoriedade de atingir um mínimo de horas de aulas, sabendo que a paralisação pode influenciar negativamente o desempenho e a avaliação do município no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB e, com isso, prejudicar a arrecadação do próprio município, a FADENOR e a UNIMONTES colocam à disposição dos municípios uma plataforma digital que permite aos municípios continuarem as suas atividades escolares, cumprindo com a carga horária obrigatória, mantendo seus objetivos e sem colocar em risco a integridade e saúde de seus estudantes e profissionais da educação.

Trata-se de uma plataforma digital, acessível de qualquer computador, tablete ou telefone celular com acesso à internet, onde professores, alunos e gestores poderão atuar e interagir, mantendo o seu plano de ano letivo funcionando e obedecendo às normas da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Os professores postam suas aulas em diferentes mídias (vídeos, áudios, *power point*, e outras atividades) direta e exclusivamente para as suas turmas e acompanhar o acesso dos seus alunos a essas aulas, tendo a informação de quem assistiu a aula, durante quanto tempo e se o aluno realizou as tarefas, facilitando, inclusivamente as suas avaliações.

O aluno tem acesso ao material disponibilizado pelo professor por ano, turma e disciplina, no dia da aula, podendo executar suas tarefas *on-line* ou baixar o material da aula, tendo acesso e realizando as atividades postadas por seu professor.

A pesquisa está sendo realizada utilizando a revisão de literatura, para a definição de conceitos importantes que estão delineados pela temática e problemática da pesquisa, utilizando autores que marcarão as concepções e conceitos teóricos desta pesquisa serão UNESCO (2017), Behrens (2000), Brasil (2017), Brasil (2015), Tardif, Lessard e Lahaye (1991), Pretoe Pinto (2006), Cury, Reis e Zanardi (2018), Novoa (1992) e Novoa (1999), dentre outros selecionados em livros, dissertações e teses da área desse estudo e em artigos publicados na base de dados *Scielo*. A abordagem da pesquisa é a Qualitativa com objetivos descritivos sob a perspectiva do enfoque materialista histórico dialético, utilizando a pesquisa documental como procedimento.

A coleta de informação esta sendo realizada por meio da Análise Histórica Documental, realizados a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, que sejam considerados cientificamente autênticos, durante a coletada de informações, que no caso desse projeto, está sendo feita em fontes primárias, que são os planejamentos, atividades, planos de aulas ou quaisquer outros documentos postados na Plataforma Educa Planner pelos professores envolvidos na pesquisa. O trabalho de análise já se inicia com a coleta dos materiais, não é acumulação cega e mecânica. O projeto tem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas da Unimontes por meio do Parecer Consubstanciado nº 3.985.562.

## Resultados e Discussão

Até esse momento, podemos apontar como resultados parciais que os professores envolvidos no projeto se dividem, em relação à produção de seus planejamentos/planos de aulas e atividades da seguinte forma: a) professores que postam na plataforma para cumprir as normas dos municípios onde estão administrativamente inseridos; b) professores que

preenchem a plataforma com caracteres diversificados, mas que nenhum se configura com um planejamento ou atividades didáticas; c) professores que preenchem partes do que é solicitado, como por exemplo, posta somente a atividade e não a relaciona com os objetivos propostos na BNCC ou no currículo do município; d) professores que postam seus planejamentos e atividades que não apresentam uma relação mais próxima com a possibilidade dos alunos realizarem essa atividade e e) professores que tem uma postagem organizada do ponto de vista funcional e pedagógica sempre pensando na relação conteúdo e aprendizagem dos alunos.

## Considerações finais

No contexto mundial em que estamos vivendo, criando experiências de sobrevivências no momento de isolamento social, bem como nos adaptando a viver esse isolamento, muito de nossa capacidade cognitiva e de saúde mental tem sido testada. Ao analisar os diversos tipos de planejamentos, incluindo os planos de aulas e as atividades postadas pelos professores do município que estamos trabalhando com esse projeto, percebemos, até o momento, essa dificuldade do professor. É uma dificuldade de se constituir como profissional e mãe/pai de família ao mesmo tempo em um local geográfico único ( a casa de cada um deles), pois fica tudo tão “misturado” que elaborar e planejar aulas e ainda postar em uma plataforma, se configura em momentos de cansaço, impaciência e resistência, que são apresentados pelos planejamentos postados da forma como relatamos nesse resumo expandido.

## Agradecimentos

Agradecemos ao à Unimontes por ser a instituição que me construí a partir da formação inicial e também continuada de formação de professores e pesquisadora dessa área.

## Referências

- BEHRENS, M. A. **Formação continuada e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.
- BEHRENS, M. A. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. In: MORAN, J. M. et al. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação (MEC), Brasília, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCCAPRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 18 abril. 2020.
- CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.
- GUEDES, Marilde Queiroz. A Nova Política de Formação de Professores no Brasil: Enquadramentos da Base Nacional Comum Curricular e do Programa de Residência Pedagógica. **Da Investigação às Práticas**, 9(1), 90 - 99. DOI: <https://doi.org/10.25757/invep.v9i1.174>, 2019.
- NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, v. 25, n. 1, 1999.
- PRETTO, Nelson. PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e Novas Educações. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n. 31, jan/abr. 2006.
- TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. **Os professores face ao saber**: Esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**. n. 4, Porto Alegre, p. 215-233, 1991.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990.